

**O MEU SONHO? TER UMA CASA. PENSAR SOBRE  
HABITAÇÃO, CIDADE E CIDADANIA DAS MULHERES NO  
PORTUGAL REVOLUCIONÁRIO (1974-1976) / ¿MI SUEÑO?  
TENER UNA CASA. PENSAR SOBRE VIVIENDA, CIUDAD  
Y CIUDADANÍA DE LAS MUJERES EN EL PORTUGAL  
REVOLUCIONARIO (1974-1976) / MY DREAM? TO HAVE  
A HOUSE. THINKING ABOUT HOUSING, CITY AND  
CITIZENSHIP OF WOMEN IN REVOLUTIONARY PORTUGAL  
(1974-1976)**

LIA ANTUNES

Darq/Universidade de Coimbra, Coimbra, e CIEG-ISCS

Universidade de Lisboa, Lisboa; Portugal

liapantunes@gmail.com  0000-0002-5066-4062

## RESUMO

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL, 1974-1976) foi uma iniciativa única na cultura arquitetónica portuguesa, sobretudo pela dimensão sociopolítica da disputa da casa e da cidade a partir das e dos moradores pobres urbanos. As mulheres foram protagonistas. Exploro as motivações e as contribuições de moradoras e técnicas no desenvolvimento do SAAL/Norte. A partir do programa televisivo *Nome Mulher* (1975-1976), pergunto sobre qual a relação da luta pelo direito à habitação com a construção da cidadania das mulheres no contexto da participação no processo SAAL. Metodologicamente, o levantamento dos assuntos abordados no programa são alinhados com o episódio *Direito à Habitação* (1976), no qual uma arquiteta e moradoras do SAAL/Norte falam na primeira pessoa. A análise interseccional do grupo “mulheres do processo SAAL” acompanha a discussão das estruturas sexuais e raciais a partir das quais Carol Pateman (Pateman 2010) sublinha os principais obstáculos à construção da cidadania plena das mulheres: além da feminização da pobreza, também a sub-representação e a atribuição social e histórica dos trabalhos de cuidado às mulheres. Estes têm ainda o potencial de ser entendidos como “gestos políticos radicalmente subversivos” (Hooks 1990). O direito à habitação está intimamente ligado ao direito a ser parte ativa na sociedade (Muxi 2009) e ao direito à cidade, conceito que tem sido ampliado por teóricas feministas (Pérez 2013). A par da representação das mulheres, defendo que o acesso a uma habitação – digna, adequada e lugar de individualidade e descanso - é um pilar na efetivação da cidadania plena das mulheres.

**Palavras-chave:** Processo SAAL, política pública de habitação, participação, cidadania das mulheres, Portugal.

## RESUMEN

El Servicio de Apoyo Ambulatorio Local (SAAL, 1974-76)) fue una iniciativa única en la cultura arquitectónica portuguesa, sobre todo por la dimensión sociopolítica de la disputa por la casa y la ciudad de las vecinas pobres urbanas. Las mujeres fueron protagonistas. Exploro las motivaciones y contribuciones de vecinas y técnicas en el desarrollo del SAAL/Norte. Desde el programa televisivo *Nome Mulher* (“Nombre Mujer”, 1975-1976), pregunto por la relación entre la lucha por el derecho a la vivienda y la construcción de la ciudadanía de las mujeres en el marco de la participación en el SAAL. Metodológicamente, el listado de los temas del programa se coloca en línea con el episodio *Direito à Habitação* (“Derecho a la Vivienda”, 1976), donde una arquitecta y vecinas de SAAL/Norte hablan en primera persona. El análisis interseccional del grupo “mujeres del proceso SAAL” sigue la discusión de las estructuras sexuales y raciales; Carol Pateman (Pateman 2010) subraya los principales obstáculos para la construcción de la “ciudadanía plena” de las mujeres: la feminización de la pobreza, la infrarrepresentación y la atribución social e histórica del trabajo de cuidados a las mujeres. Estos tienen el potencial de ser entendidos como “gestos políticos radicalmente subversivos” (Hooks 1990). El derecho a la vivienda está conectado al derecho a ser parte activa de la sociedad (Muxi 2009) y al derecho a la ciudad, concepto que ha sido ampliado por los feminismos (Pérez 2013). Planteo que el acceso a la vivienda - digna, adecuada y lugar de individualidad y descanso - es un pilar en la realización de la ciudadanía plena de las mujeres.

**Palabras clave:** Proceso SAAL, política pública de vivienda, participación, ciudadanía de las mujeres, Portugal.

## ABSTRACT

The Local Ambulatory Support Service (SAAL, 1974-76) was a unique initiative in Portuguese architectural culture, mainly due to the sociopolitical dimension of the dispute over the house and the city from the poor urban dwellers. Women were protagonists. I explore the motivations and contributions of women residents and technicians in the development of SAAL/North. Based on the television program *Nome Mulher* (“Name Woman”, 1975-1976), I ask about the relationship between the vindication for the right to housing and the construction of women’s citizenship in the context of participation in the SAAL. Methodologically, the list of the subjects addressed in the program are aligned with the episode *Direito à Habitação* “Right to Housing” (1976), in which a woman architect and women residents of SAAL/North speaks by their own voice. The intersectional analysis of the group “women of the SAAL process” follows the discussion of sexual and racial structures from which Carol Pateman (Pateman 2010) underlines the main obstacles to the construction of women’s ‘full citizenship’: in addition to the feminization of poverty, also the under-representation and the social and historical attribution of care work to women. These still have the potential to be understood as “radically subversive political gestures” (Hooks 1990). The right to housing is closely linked to the right to be an active part of society (Muxi 2009) and the right to the city, a concept that has been expanded by feminisms (Pérez 2013). I defend that access to housing – dignified, adequate and a place of individuality and rest – it is a pillar in women’s full citizenship realization.

**Keywords:** SAAL Process, public housing policy, participation, women’s citizenship, Portugal.

## 1. INTRODUÇÃO

*O meu sonho? Ter uma casa.* Frase dita por mulheres e reproduzida pela voz-off do programa televisivo *Direito à Habitação*, gravado no Porto e exibido na televisão portuguesa em 1976. *Ter uma casa* era uma necessidade básica e urgente do período subsequente ao dia do golpe militar de 25 de Abril de 1974 que iniciou a revolução em Portugal. Após uma longa ditadura de mais de quatro décadas<sup>1</sup>, o país tinha uma carência de cerca de 500 mil fogos e um quarto da população vivia sem condições de habitabilidade (Bandeirinha 2011, 68). *O meu sonho? Ter uma casa* devolve-nos uma urgência. Eram bairros de barracas, casas sobrelotadas, outras subalugadas, “ilhas”, bairros clandestinos. Nas primeiras semanas do Período Revolucionário em Curso (PREC), as populações mal alojadas dos grandes centros urbanos perceberam rapidamente as oportunidades de reivindicação ao nível da vida quotidiana. Em Lisboa e no Porto, logo em abril de 1974, no momento de descompressão da repressão do regime, teve início um surto de ocupações de casas, ao qual se seguiram os primeiros cadernos reivindicativos e a criação de comissões de moradores. Ao mesmo tempo, as mulheres mais pobres tomavam as ruas exigindo uma casa para morar. A luta pela habitação é, desde sempre e em diferentes geografias, uma luta das mulheres (Sagot 1992; Sales e Torres 2017; Helene 2019).

O arquiteto Nuno Portas (1934-), então Secretário de Estado da Habitação durante os três primeiros Governos Provisórios, juntamente com o arquiteto Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), a assistente social Maria Proença, entre outras e outros técnicos, desenharam e implementaram um programa de ação que objetivou o “apoio multidisciplinar às iniciativas das populações mal alojadas” (FFH 1976). De certa forma, ajudou ainda a conter e a conduzir o movimento de ocupações nas maiores cidades. Vindo a ser ensaiado desde a década de 1960, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) nasceu dos valores do momento revolucionário de 1974 em Portugal<sup>2</sup>. O programa estatal institucionalizou, na fase inicial e por decreto<sup>3</sup>, a participação da população na resolução dos problemas dos próprios territórios (bairros, conjunto de casas, ilhas, ...) – intervenções que se estenderam a todas as fases do processo, desde o lançamento das operações, à discussão do projeto de arquitetura e à fase construtiva<sup>4</sup>. Cabendo a base legal e financeira ao Estado central e a infra-estruturação e cedência de terrenos à gestão municipal, as operações SAAL previam a localização dos aglomerados habitacionais em zonas valiosas da cidade e eram operacionalizadas nos bairros por equipas pluridisciplinares que trabalharam conjuntamente com as populações, organizadas em Associações de Moradores (AM) ou Cooperativas de Habitação Económica (CHE), laicas e partidárias (SAAL/I 1976, 4). A assistência técnica do SAAL compreendeu, logo no documento legal fundador, quatro eixos de ação: fundiária (aquisição e cedência de solos urbanos), projetual (infra-estruturação e arquitetura), assistência nas operações de construção e na gestão social, sob o controle das comissões de moradores de cada unidade habitacional.

**1** O Estado Novo (1926-1974) foi um regime conservador, ditatorial, repressor e colonialista. A Guerra Colonial ou Guerra da Libertação com as ex-colónias portuguesas em África - Angola, Guiné-Bissau e Moçambique - começou em 1961 e durou até 1974.  
**2** Para um conhecimento geral sobre o SAAL, recomendo a leitura do livro *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974* (2011), resultado da tese de doutoramento de José António Bandeirinha.

**3** O despacho conjunto, entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, datado de 31 de Julho de 1974, foi publicado no Diário de Governo, I Série, Número 182, pp. 873-874, a 6 de agosto de 1974.

**4** O decreto-lei que instituiu o SAAL previa que as populações pudessem investir os recursos latentes e até monetários. Os inquéritos revelaram, no entanto, que a insolvência da maioria das famílias era uma constante. A autoconstrução, tida como uma dupla exploração da classe trabalhadora, foi genericamente rejeitada – ainda que pontualmente usada, principalmente nas operações algarvias.

Além da experiência inédita de intervenção direta da população e de diálogo entre técnicos e habitantes, ensaiou-se uma política pública habitacional orientada para a prévia organização social da procura e uma visão alternativa no processo de fazer cidade. Os principais núcleos urbanos de atuação concentraram-se no Porto (A. A. Costa, Costa, e Fernandez 2019; A. A. Costa e Fernandez 2020; A. C. Costa 2022), Coimbra, Lisboa e arredores (Santos 2016), Setúbal, Beja e Algarve (M. R. Costa e Costa 2022). Desenvolvido num ambiente político insurreto, instável e intenso da revolução, as operações SAAL lidaram com inúmeros conflitos (externos, mas também internos, das comunidades) e entraves políticos, resistências e limitações burocráticas, por parte do aparelho central e sobretudo de algumas administrações municipais<sup>5</sup>. Com a passagem da tutela para os municípios, que teve como consequência o não lançamento de novas operações a partir de finais de outubro de 1976, o programa viria a ser “extinto” numa fase em que poucas operações estavam na fase de construção. A etapa construtiva estendeu-se à década de 1980 e 1990, mas algumas organizações de moradores nunca viram uma casa construída. Apesar da curta existência e das realizações materiais terem ficado aquém dos objetivos<sup>6</sup>, o SAAL – um processo, mais do que um programa – deixou sementes e ensinamentos importantes sobre arquitetura e cidade participadas.

Não obstante a iniciativa partir das populações, os porta-vozes eleitos desta história foram os arquitetos e as suas obras arquitetónicas. A tese de doutoramento que estou a desenvolver<sup>7</sup>, e que serve de base a este artigo, parte de uma perspetiva (académica, política e arquitetónica) feminista que pretende colocar novos relatos frente às histórias hegemónicas, valorizando os contributos das mulheres – moradoras, arquitetas e técnicas de intervenção social – tanto na criação, no desenvolvimento, na materialização e na divulgação do processo SAAL, como na reflexão-ação sobre casas e cidades. O programa televisivo *Nome Mulher* (1975-1976), da autoria das jornalistas Antónia de Sousa e Maria Antónia Palla, com a colaboração da jornalista luso-alemã Susana Ruth Vasques e realizado pela Cinequipa, é um importante recurso neste reconhecimento crítico da realidade das mulheres em Portugal num momento particular da história do país.

## 2. NOME MULHER: UM RETRATO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 1970

Repensar o país durante o PREC fez-se com a tomada de voz pública das mulheres, ainda que no contexto de uma sociedade fortemente patriarcal e conservadora herdada do Estado Novo. Não

---

<sup>5</sup> As tensões e oposições foram de ordem política, partidária e legislativa, gerando uma quase total paralisação do processo em meados de 1975. Apesar da muita pressão popular, os decretos de financiamento, de expropriação dos terrenos e de legalização das ocupações não chegaram a ser publicados. Sublinho ainda o conflito e as tensões entre os diversos agentes envolvidos: populações, comissões de moradores, direções das AM ou CHE, aparato estatal e municipal, empresas e cooperativas de construção, proprietários de terrenos e de casas, subalugas, partidos políticos, entre outros.

<sup>6</sup> Em finais de outubro de 1976, «estavam em actividade 169 operações em todo o país, que envolviam 41 665 famílias de moradores pobres. Em construção, estavam 2 259 fogos e estava iminente o arranque de mais 5 741. Sintomaticamente, porém, só 13% da totalidade dos solos necessários para essas intervenções estava disponível, cedido ou expropriado» (Bandeirinha 2011, 14). Perante a abrupta decisão ministerial e as permanentes acusações de que o SAAL era alvo, o VI Conselho Nacional do SAAL decide, no início de novembro de 1976, elaborar um *Livro Branco do SAAL 1974-1976* (1976) que resume, recorrendo a centenas de documentos de tipos diversos, dois anos de atividade.

<sup>7</sup> Tese de doutoramento (em curso) sobre “As Mulheres no Processo SAAL (1974-1976): Arquitetas e moradoras pelo direito à habitação” (Darq-UCoimbra e CIEG/ISCSP-ULisboa), financiada pela FCT.

houve, todavia, espaço político para os feminismos, como explica a historiadora portuguesa Manuela Tavares (Tavares 2008, 261). Se, por um lado, a longa ditadura tinha quebrado com as memórias do feminismo da 1ª República (1910-1926), por outro lado, estes eram considerados movimentos burgueses e afastados da luta de classes da época – mais, que a boicotavam. *Nome Mulher* expôs, no entanto, especificidades da situação das mulheres em Portugal na década de 1970. Mais de meia centena de episódios relatam as suas vivências e as atividades de manutenção do quotidiano por todo o país, a luta contra o fascismo, o direito ao voto, as jornadas de trabalho e as profissões, as realidades na casa, no campo e na cidade, o divórcio, as mães solteiras, o planeamento familiar, o aborto, entrevistas a mulheres do âmbito nacional e internacional (nomeadamente, a Maria Lamas, Hortensia Allende ou Ana Maria Guevara), o estatuto das mulheres no direito de família, as greves, as crianças, a situação das empregadas de serviço doméstico e, finalmente, o direito à habitação<sup>8</sup> (Fig. 1).

Neste retrato amplo de opressões e de lutas, o episódio *Direito à Habitação* (48", 1976) dirigiu-se à atividade de profissionais de coordenação e de habitantes de alguns bairros SAAL no Porto. As imagens a preto e branco registaram os testemunhos de Maria da Paz, Isabel e de outras moradoras anónimas, da arquiteta Margarida Coelho e do arquiteto Alexandre Alves Costa (ambos na coordenação do serviço no norte do país). São mulheres que falam na primeira pessoa, ao lado ou além dos pares masculinos. O retrato do país (e do SAAL) na década de 1970 compunha-se por um grupo heterogéneo de mulheres: as moradoras pobres urbanas, as estudantes e as técnicas de arquitetura e de intervenção social, sobretudo. A leitura deste grupo tem nuances e pede uma análise interseccional<sup>9</sup> para “dar visibilidad a las múltiples opresiones creadas por divisiones sociales que han arrojado al fondo a grupos específicos, por género, sexo, raza, etnicidad, edad. Con esta lente múltiple se pueden construir los pisos necesarios que aseguren retribución, distribución y reconocimiento” (Colling e Tedeschi 2019, 432). Reconhecer que as experiências (quotidianas, políticas e no âmbito do SAAL) das moradoras (Fig. 2) e das técnicas foram necessariamente distintas<sup>10</sup> é fundamental para “valorizar e compreender a diversidade de coletivos de mulheres, as divergências das suas opções e linhas de atuação, a pluralidade dos seus percursos e a heterogeneidade das suas condições de vida e formas de integração nas sociedades do seu tempo” (Pinto e Alvarez 2014, 18).

Se neste momento histórico a ideia de cidadania estava a ser amplamente redefinida em Portugal, a cidadania das mulheres ainda mais. As temáticas supramencionadas, colocadas na arena pública da televisão, foram (e são) questões-chave para a concretização da cidadania das mulheres. A filósofa britânica Carol Pateman, quando discute as estruturas sexuais e raciais que obstaculizam este estatuto de cidadãs no artigo científico *Garantir a cidadania das mulheres* (2010), colocou o sufrágio como primeiro símbolo da cidadania plena: o direito ao voto seguido do direito a ser eleita, sempre mais difícil para as mulheres racializadas. Após e apesar desta conquista,

**8** Sinal dos tempos, a violência contra as mulheres e a violência doméstica não foram abordadas nesta ampla série documental.

**9** *Interseccionalidade* é uma ferramenta teórica e metodológica que relaciona divisões sociais e desigualdades dinâmicas e múltiplas formas de discriminação. A tríade das estruturas de opressão género, raça e classe social foi identificada originalmente por Kimberlé Crenshaw em 1989, no artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. Posteriores reflexões críticas têm vindo a ampliar o conceito, sublinhando que não funciona por adição de características identitárias nem por hierarquização de categorias e opressões (Colling e Tedeschi 2019).

**10** Além do género, da classe social e da idade, a etnicidade interessa ao estudo sobre o SAAL. Apesar de não aparecerem neste documentário, alguns bairros SAAL, como o bairro Pinheirinhos (Setúbal), o bairro Cruz de Pau (Matosinhos) e bairros em Espinho eram compostos por comunidades ciganas.



Fig. 1. O episódio sobre *Direito à Habitação* do programa televisivo *Nome Mulher*, 1976, RTP 1. Fonte: Frame do episódio *Direito à Habitação* do programa televisivo *Nome Mulher*, 1976, CD25A. Disponível em <https://arq-multimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744>



Fig. 2. Moradoras e crianças envolvidas no processo SAAL no Porto, com mural “Aluguer máximo 240\$00. Abaixo as colmeias humanas”, fotografia original de Alexandre Alves Costa (197?) Fonte: Frame do episódio *Direito à Habitação* do programa televisivo *Nome Mulher*, 1976, CD25A. Disponível em <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744>

faltam os impactos na vida quotidiana, a aceitação como pessoas iguais em termos substantivos e não meramente formais e a representação efetiva a distintos níveis (político, social, económico, cultural), defende. As numerosas dificuldades são o espelho das desiguais relações de poder e de privilégio, da dominação de uns e da subordinação de outras. A par da responsabilização social e histórica pelos trabalhos doméstico e de prestação de cuidados, Pateman priorizou a pobreza como

obstáculo premente<sup>11</sup>. Sobre este fenómeno, a autora abordou genericamente a sua feminização – ainda que ilustrado unicamente a partir do hemisfério sul (quase como lugares da “não-cidadania”) – e sublinhou que “constitui um problema para a cidadania tanto dos homens como das mulheres, mas estas tendem a estar entre os mais pobres dos pobres” (Pateman 2010, 33). As mulheres, cidadãs-trabalhadoras, são o seu foco de atenção e direcionou o argumento para a (desigual) distribuição da riqueza e para a responsabilização sexista pelos trabalhos de cuidados.

## 2.1. PENSAR A LUTA PELA HABITAÇÃO E A CIDADANIA DAS MULHERES A PARTIR DOS RELATOS DE MARIA DA PAZ E ISABEL

Em *Direito à Habitação*, as fotografias em *slides* revelam-nos imagens da precariedade dos bairros e das lutas pelo direito à habitação no Porto em meados dos anos 1970. Há muitas meninas e mulheres em manifestações, em ocupações da câmara municipal, de braço no ar. A densidade das suas falas vai ao encontro de constrangimentos identificados por Carol Pateman. Maria da Paz (Fig. 3), moradora no Bairro das Antas, deu o seu testemunho sobre o processo SAAL e sobre a vida, que transcrevo aqui na íntegra:

Jornalista (J): A Maria da Paz pertence à Comissão de Moradores das Antas, do Porto.

Maria da Paz (MP): É sim, sou sim.

J: É casada?

MP: Sou sim.

J: Quantos filhos é que tem?

MP: **Tenho seis.**

J: A Maria da Paz o que é que faz para governar a sua vida?

MP: **Eu sou peixeira**, vendo peixe.

J: E como é que consegue vender o peixe e ao mesmo tempo tratar desses filhos todos?

MP: Tem que ser, um bocadinho de boa vontade e a vida assim o permite, senhor.

J: Olhe, já agora, queria saber uma coisa: quando é que começou a interessar-se pela Comissão de Moradores?

MP: Desde sempre, desde o início.

J: Quando é que ela começou?

MP: A Comissão dos Moradores começou talvez há um ano e tal.

J: Portanto, foi desde o princípio que foi às reuniões.

MP: **Foi, sim senhor, sempre. Às reuniões, às manifestações. Tenho sempre, tenho tempo sempre para ir fazer tudo, tanto que se tenho de arrumar, arrumo depois, se tenho de fazer, faço depois, mas às manifestações é que nunca falto**

<sup>11</sup> No mesmo texto, a autora abordou o “contrato de indiferença mútua”, a sua contribuição mais original (um certo diagnóstico de um comportamento instalado nas sociedades ocidentais decorrente da força crescente da comunicação e do excesso de imagens de violência e de sofrimento, acabando normalizadas) e propôs o Rendimento Básico Universal igual para todas as pessoas (numa tentativa de universalizar um exercício da cidadania que, no fim, rasura a classe social).

**porque é para nosso bem, senhor. Uma casinha para mim e para os meus filhos, não hei-de lá ir?**

J: E a Maria da Paz é casada?

MP: Sou, sim.

J: E o que é que o seu marido diz a essa militância sua nas Comissões de Moradores, sair à noite, ir para as reuniões, para as manifestações?

MP: Meu amigo, ocasiões não vai porque tem que ficar em casa, fazer alguns biscates também de trabalho que lhe aparece em casa. Outras vezes também vai comigo. **Outras vezes ralha, outras vezes não ralha, mas eu cá comigo vou sempre.**

J: Então e as crianças, quando vai, com quem é que ficam?

MP: Ficam cá em casa sozinhos.

J: Sozinhos?

MP: Ficam, ficam a ver televisão e a televisão dá uns programas jeitosos. E eles ficam entretidinhos.

J: Já agora queria perguntar-lhe uma coisa: neste momento, o que é que a Comissão de Moradores está a fazer aqui no bairro das Antas?

MP: No bairro das Antas temos 8 e 8, 16 casas. Já em construção as primeiras, as 8 primeiras já estão em construção e já têm o primeiro andar pronto. E as segundas já estão a começar. Já temos aqui... A Comissão de Moradores das Antas é a comissão mais bem organizada da cidade do Porto.

J: Ótimo. Agora diga-me: como é que essas casas vão ser distribuídas quando estiverem prontas?

MP: Quando estiverem prontas vêm por as casas ver quem está mal, quem está bem, porque **há casas aqui que moram 10 e 12 pessoas em casas que parecem uns cubículos. Chove em tudo. Eu, um dia desta semana, tive de trazer o fogão para o quarto dos meus filhos para cozinhar lá. A minha cozinha era como se fosse aqui fora na rua. E pago 625 escudos. É um autêntico gelo, é um frigorífico dentro de minha casa.**

J: Já percebi, pelas suas respostas, que defende que a mulher, e mesmo a mulher casada, deve participar nestas atividades.

MP: Em tudo, em tudo, senhor. Em tudo. E tenho um homem, graças a deus, que me deixa ir. **Vou eu, a minha sogra e as minhas cunhadas, e vou sempre ou para reuniões ou para manifestações, ou tudo quanto diga respeito a que seja para a gente ir para arranjar uma casa. E acho que a mulher devia de ir e aqui nesta rua é que não é uma rua com mulheres assim corajosas como eu. Porque se não, a gente até é que devia ir e é que havia de organizar as coisas porque quem vive dentro das casas somos nós. Porque os homens chegam a casa, é só aquela ocasião de cá estar e vão passear, vão para aqui... nós é que sofremos ou a chuva, ou o frio, ou os maltratos, ou tudo. A mulher é que tem mais dever de participar nestas coisas do que até os homens.**

J: Portanto, para resolver porque está mais dentro desses problemas.

MP: Pois, com certeza. **Nós é que vivemos o dia-a-dia aqui dentro de casa.** (Sousa e Palla 1976)

Segue-se o depoimento de Isabel (Fig. 4), de quem não conhecemos o apelido, moradora do bairro de Miragaia, que acrescentou outras problemáticas existentes nos bairros, como as ações de intimidação contra o programa e a necessidade de coletivização a partir da criação de equipamentos:





Fig. 3. Maria da Paz conversa com o jornalista à porta de sua casa, no bairro das Antas, no Porto. Fonte: Frame do episódio *Direito à Habitação* do programa televisivo *Nome Mulher*, 1976, CD25A. Disponível em <https://arq-multimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744>



Fig. 4. Isabel conversa com o jornalista no bairro de Miragaia, no Porto. Fonte: Frame do episódio *Direito à Habitação* do programa televisivo *Nome Mulher*, 1976, CD25A. Disponível em <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744>

Jornalista (J): E as mulheres dentro dessas comissões?

Isabel (I): **Entre as mulheres acho que devem ser as principais a ter um arranque desses [de organização] porque nós é que sentimos na pele a miséria dentro das casas. Nós é que fazemos a limpeza, nós é que cozinhamos para a família, é que temos essa série de problemas. Portanto, que todas nós temos a ambição de gostar de uma coisa melhor, não é?**

(...)

J: passei agora em frente da sua casa e estão lá a fazer a recuperação de uma antiga fábrica para a comissão de moradores, não é?

I: É, sim.

J: E quem é que faz essa recuperação?

I: **Somos nós. Os próprios moradores é que estão a trabalhar para que aquilo seja levantado para os miúdos.**

(...)

J: O centro vai servir para quê? Não só para vosso local de reuniões. E mais para quê?

I: **Para balneários porque nós aqui temos muita dificuldade em banhos porque quase todas as casas não têm um quarto-de-banho. Então temos de ir aos balneários lá em cima. Fica bastante distante. Além disso, é para convívio, é para desporto para os miúdos que é isso que já estamos a avançar.** (Sousa e Palla 1976)

Embora considere que a passagem da oralidade a texto subtrai sempre informações relevantes (presentes inclusive em entoações e silêncios), trabalho a partir das transcrições e de destaques a negrito de partes que articulam temáticas essenciais. Os relatos de Maria da Paz e de Isabel, duas mulheres trabalhadoras (dentro e fora de casa), mães e habitantes de bairros precários, expõem e cruzam algumas camadas da vida quotidiana, pessoal, familiar e comunitária, de mulheres pobres em Portugal em meados da década de 1970. Maria da Paz era peixeira de profissão, mãe de 6 crianças, e vivia na pobreza. Era ativa na associação de moradores das Antas, não faltava às reuniões e fazia-se acompanhar de outras familiares. Denunciou rasgos de violência doméstica, assumia todos os trabalhos de cuidado, mas conjugava-os – imagino que com muito esforço – com a militância ativa. Os homens, referiu, iam pontualmente a casa<sup>12</sup>. Isabel falou do mesmo. Eram elas quem vivia o dia-a-dia, as dificuldades e as necessidades dentro das casas – e a casa é, ao mesmo tempo, o lugar da primeira socialização, a primeira infraestrutura do cuidado e de reprodução da vida<sup>13</sup> e lugar de trabalho feminino. O direito à habitação é, assim, uma extensão das suas lutas diárias e tão invisíveis. As narrativas denunciam vidas duras, de uma dureza quotidiana: Maria da Paz cozinhava onde não chovia, Isabel usava os balneários longe de casa e sempre o (desequilibrado) peso da maternidade. Nutrir, lavar, educar, cuidar, resistir, limpar – e repetir dia após dia.

Combinando experiência pessoal e teoria, a teórica e ativista feminista norte-americana bell hooks relê o conceito de domesticidade privada a partir dos esforços das suas antepassadas, mulheres negras, na manutenção da casa como lugar livre de racismo e da pobreza. As casas são

---

**12** Além da ausência na esfera doméstica, chamo ainda a atenção para o tratamento do espaço comum: neste episódio surge um cartaz que diz “Atenção. Pensa duas vezes antes de urinar nas paredes da tua associação”.

**13** Sobre o conceito de “cidade cuidadora” e a rede de infraestrutura quotidianas ou de cuidados ver, por exemplo, o livro de Col.lectiu Punt 6 (2019). *Urbanismo feminista. Por una transformaci3n radical de los espacios de vida* (Barcelona: Virus Editorial).

lembradas como lugares de mulheres, não por propriedade<sup>14</sup>, mas porque tudo o que faz falta à vida tem ali lugar (Hooks 1990, 383). Considerou os papéis e os trabalhos femininos como “gestos políticos radicalmente subversivos” (Hooks 1990, 384), conceito do qual me auxilio para pensar as contribuições invisibilizadas de Maria da Paz e de Isabel no processo SAAL. A realidade dos seus bairros precários e pobres não as impediu nem de construir uma ideia de um lar, ainda que frágil, nem de se envolverem nas lutas por melhores condições habitacionais para a família. Além de se apropriarem do espaço público, agiram frequentemente contra a vontade dos maridos.

O direito à habitação não se restringe ao perímetro das quatro paredes nem pode reduzir-se à resposta à carência de  $x$  números de fogos. A arquiteta argentina Zaida Muxi apontou que, no caso das mulheres,

[h]ablar del derecho a la vivienda es hablar de un derecho más amplio, que no se limita al techo; es el derecho a ser parte activa de la sociedad (...) [mas] reflexionar sobre las necesidades cuando estamos inmersas en un mundo de espejismos es muy difícil, y para las mujeres estos espejismos tienen varias facetas (Muxi Martínez 2009, 39)

Ao elaborarem sobre estas miragens, as teóricas portuguesas Adriana Bebiano e Maria Irene Ramalho notaram que “os constrangimentos ao exercício pleno da cidadania das mulheres assumem muitas formas, que, de tão naturalizadas nas culturas (ainda) patriarcais, se tornaram invisíveis. É esta invisibilidade que é imperativo desocultar” (Bebiano e Ramalho 2010, 5). No episódio em análise, a *voz-off* entra neste diálogo com o intuito, precisamente, de desocultar:

O processo SAAL é uma conquista das classes mais humildes. Por isso, importa ressaltar a importância de participação dos próprios trabalhadores na solução dos seus problemas. Neste campo, a mulher, normalmente ignorada e *machistamente* afastada ou subestimada nos problemas nacionais, tem um papel primordial a desempenhar. Mais do que ninguém, a mulher, como ser social explorado que é, vive e suporta de um modo muito particular e intenso, as más condições da habitação familiar. (Sousa e Palla 1976)

Uma destas camadas invisíveis vincula-se à existência de uma habitação permanente, cómoda e integrada num contexto urbano. Muxi afirmou ainda que

[e]l derecho a la vivienda no se resume solamente en un hecho cuantitativo, la calidad de la vivienda no como lujo sino como bien útil en una situación urbana segura y mezclada es fundamental para alcanzar una vida plena en el ejercicio de los derechos. (Muxi Martínez 2009, 42)

Além da casa, as relações sociais e físicas com o ambiente urbano impactam a vida quotidiana e o desenvolvimento (intelectual, social, profissional, económico...) de cada pessoa. Um dos eixos

---

**14** A questão da propriedade reveste-se de extrema importância quando falamos do direito à habitação e mulheres. Relativamente ao processo SAAL, sendo a propriedade das casas coletiva e gerida pela associação de moradores, esta exige um estudo aprofundado que extravasa os limites deste trabalho.

orientadores do processo SAAL foi o direito ao lugar, ou seja, o direito a habitar áreas privilegiadas da cidade e/ou a ficar no mesmo local, mantendo as relações de vizinhança.

A noção de habitação digna precisa, com efeito, de se entrelaçar ao direito a habitar na e a cidade e não nas margens – físicas e simbólicas – desta. Teorizado a partir de posicionamento marxista, o “direito à cidade” foi cunhado pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968<sup>15</sup> que, confrontando o modo de produção capitalista, questionou as formas hierárquicas e segregadoras através das quais o espaço é (re)produzido e apropriado. Desde a sua formulação original, o conceito tem sido constantemente ampliado desde distintas disciplinas e movimentos sociais. Partindo da articulação do espaço físico com a cidadania, a participação, a percepção de segurança, o bem-estar ou a pertença, a relação entre mulheres e o espaço urbano, são variáveis que têm sido problematizadas pelo pensamento, pela crítica e pela práxis feminista<sup>16</sup>. As feministas têm revelado, em suma, que a materialização de opressões e subordinações nos espaços urbanos não acontece apenas pela dominação capitalista, mas também patriarcal e colonial (Pérez Sanz 2013). A localização na malha urbana, as relações internas, externas e comunitárias, estabelecidas entre a habitação e o entorno, as redes de infraestruturas quotidianas (os serviços e os equipamentos na proximidade e as formas de mobilidade disponíveis), entravam ou fomentam o desenvolvimento de pessoas-cidadãs-de-pleno-direito. Os bairros de Maria da Paz e de Isabel, apesar de se ubicarem nos espaços intersticiais do *quartirão burguês* e de serem invisíveis a partir do espaço público, não foram deslocalizados e mantiveram-se no centro da cidade do Porto. Isabel falava de equipamentos coletivos e multifuncionais que atuavam como infraestruturas de cuidados e de apoio ao bairro, ao nível da coletivização. Outras moradoras relatavam momentos de intimidação, episódios que frequentemente agravam a percepção de segurança das mulheres no espaço público.

De forma semelhante, a sub-representação das mulheres na esfera pública obstaculiza a cidadania plena. Pateman argumentou que “os homens continuam a ser vistos como figuras de maior autoridade do que as mulheres. A palavra dos homens vale mais do que a das mulheres” (Pateman 2010, 32). Em intervenções revolucionárias como o SAAL, a presença e a participação ativas das mulheres era ainda uma novidade – talvez ameaçadora, por articular novas conquistas, pessoais e comunitárias, muito para além da concretização material da casa. Em *Direito à Habitação*, tal característica é bem visível. Por um lado, a entrega da primeira casa no âmbito do SAAL aconteceu no bairro de S. Vítor, no centro do Porto, e foi notícia de jornal. Um trabalho de reabilitação transformou um imóvel, antes sobrelotado, numa habitação de tipologia T1. Foi entregue a um casal heterossexual, com idade mais avançada. Ela não falava, aparecia discreta e atenta ao que ele dizia. Por outro lado, duas moradoras (Fig. 5) de outras comissões de moradores, das quais não sabemos o nome, viriam testemunhar este importante momento e comentavam os insultos externos dirigidos a estes bairros, culminando até em apedrejamentos à saída de reuniões. Elas falavam (e não falavam):

Jornalista: Eu há pouco estava a ouvir ali a sua conversa e percebi que a amiga é pessoa ativa na comissão. É assim mesmo? Vai às reuniões?

**15** Lefebvre, Henri. 1968. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.

**16** Destaco, a título de exemplo, as intervenções da associação portuguesa Mulheres na Arquitectura e da Red Mujer y Hábitat de América Latina, e os documentos “Carta Europeia das Mulheres na Cidade” (1995) e “Carta Mundial pelo Direito das Mulheres à Cidade” (2004).



Fig. 5. Duas moradoras conversam com o jornalista na entrega das primeiras casas no bairro de S. Vitor, no Porto. Fonte: Frame do episódio *Direito à Habitação* do programa televisivo *Nome Mulher*, 1976, CD25A. Disponível em <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmc/744>

Moradora da AM S. Vitor: Vou sim.

Jornalista: E intervém nas discussões?

Moradora da AM S. Vitor: Eu não intervenho. Vou e acho muito bem todas as reuniões. Posso falar pouco porque sou doente e quanto menos falar melhor.

Jornalista: Acha que sim? Quanto menos falar melhor?

Moradora da AM S. Vitor: Porque sim, porque sou doente do coração e posso falar pouco. (Sousa e Palla 1976)

Este relato, ao mesmo que assinala a participação nas reuniões das comissões de moradores, comprova a intensidade das relações e os conflitos existentes nas mesmas – podemos intuir que eram mesmo discussões desaconselhadas a quem sofre de *doenças do coração*. Se o binómio espaço público/ espaço privado era já uma ilusão tendo em conta a dimensão mínima das “casas”, obrigando a uma vivência continuada da rua e dos espaços de relação, o processo SAAL empurrou as moradoras pobres urbanas para uma saída efetiva do espaço doméstico. Não sem um imenso esforço de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional com o movimento comunitário, e mantendo a responsabilização pelas tarefas de cuidado e domésticas que a revolução não conseguiu questionar e dar resposta.

## 2.2. PRÁTICAS PROFISSIONAIS MILITANTES: A ARQUITETA MARGARIDA COELHO NO SAAL/NORTE

Enquanto assistimos a uma sequência de fotografias do atentado à bomba nas instalações do SAAL/Norte, a arquiteta Margarida Coelho, de costas para a câmara e sentada ao lado do colega Alexandre Alves Costa, com quem partilha a coordenação do serviço no norte do país, explicava sumariamente o momento inicial de criação deste serviço (Fig. 6). Com o rosto de perfil, a arquiteta ilustrou as dificuldades e os desafios que as equipas técnicas, centrais e locais, vão encontrando:

O SAAL, através das suas brigadas técnicas que trabalham em direta ligação com as comissões de moradores, elaborou projetos, primeiro, projetos de expropriações das zonas degradadas e, a seguir, projetos de recuperação das mesmas zonas. Portanto, projetos de construção. Neste momento, existem 3 zonas já em construção de habitação, 6 em que há infraestruturas realizadas e que muito brevemente irão começar a construção de habitações e cerca de 13 a 14 zonas que, numa fase já bastante adiantada porque já têm projetos, e que só se aguarda que saiam as expropriações, as declarações de utilidade pública dessas zonas, para ser possível iniciar as obras. Isto toca um dos problemas graves neste momento. Há várias dificuldades que se põem ao prosseguimento do trabalho. (...) Há problemas com as autarquias locais que, em conjunto com a parte do serviço ligada ao Fundo de Fomento da Habitação, farão este trabalho andar para a frente. Existem ainda problemas ao nível de alguns documentos legais, como o primeiro decreto de financiamento (...) E, neste momento, com as primeiras obras em curso, começa a surgir uma nova fase de problemas da construção civil e da forma como a obra deverá ser adjudicada. A que tipo de empreiteiros ou empresas de construção ou cooperativas e os inconvenientes que vêm da adjudicação a grandes empresas de construção. Eu creio que, se as dificuldades que eu acabei de dizer forem superadas, há toda a possibilidade do processo se desenvolver de uma forma bastante explosiva. (Sousa e Palla 1976)

A presença, o testemunho pela voz própria e o conteúdo do que foi dito pela arquiteta Margarida Coelho demonstram um conhecimento global sobre o estado e as condicionantes que o SAAL enfrentava no norte do país, e assinalam o trabalho de uma profissional na luta pelo direito à habitação. Contudo, a intervenção das técnicas no processo SAAL<sup>17</sup> – ou a importância que se dá às suas contribuições – ficaram genericamente invisibilizadas. O conceito de género como categoria da análise histórica, cunhado no célebre artigo científico *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* (1996) da historiadora norte-americana Joan Scott, orienta esta releitura crítica. Scott argumentou que a categoria género é uma forma primária de entender e de significar as relações de poder e que “changes in the organization of social relationships always correspond to changes in representations of power” (Scott 1996, 167). As relações de poder estiveram em disputa durante o PREC e a conquista e a (re)construção da democracia portuguesa significaram repensar a organização sociopolítica e quem ocuparia os lugares de poder. As demandas específicas das mulheres não tiveram um lugar próprio dentro dos movimentos sociais do PREC e os lugares públicos e de poder foram rapidamente ocupados por homens (Tavares 2008, 257).

Pese embora a intensidade do PREC, compreendido no período entre o 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, o SAAL ficou excepcionalmente bem registado numa ampla variedade de documentos (fotografias, documentos oficiais, registos áudio e vídeo, livros de atas, entrevistas, exposições, congressos, entre outros), a partir de distintas perspetivas disciplinares (a arquitetura, a sociologia, os estudos urbanos, a história, entre outras), e em diversos formatos (teses, trabalhos e eventos académicos, exposições, filmes). A ampla produção de conhecimento tem sido, no entanto, ancorada em relatos e documentos oficiais de arquitetos (leia-se “arquitetos homens”). As experiências das mulheres e de outras profissões estão genericamente ausentes.

---

**17** As profissionais envolvidas no processo SAAL eram arquitetas, assistentes sociais, psicólogas, pintoras, estudantes, dactilógrafas, administrativas, entre outras. Um dos objetivos da tese de doutoramento é identificar os nomes de figuras femininas nas equipas, contribuindo para o aprofundamento dos estudos e das listagens já realizados.



Fig. 6. A arquiteta Margarida Coelho e o arquiteto Alexandre Alves Costa, no Porto. Fonte: Frame do episódio *Direito à Habitação* do programa televisivo *Nome Mulher*, 1976, CD25A. Disponível em <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744>

No campo da arquitetura e do urbanismo, esta ausência tem sido explicada e contestada por arquitetas, teóricas e ativistas feministas desde a década de 1960, inicialmente nos Estados Unidos da América e contaminando rapidamente outros países. Ao longo das décadas, as abordagens têm seguido linhas políticas e metodológicas distintas, ora enfatizando ora apagando os conhecimentos e as conquistas feministas, ora omitindo os contextos históricos patriarcais de atuação profissional. As aproximações ao tema seguem, genericamente, por três ramificações. As duas primeiras foram propostas pela historiadora norte-americana Gerda Lerner (Lerner 1975): a historiografia compensatória (a integração de arquitetas no cânone sem questionar a narrativa) ou a perspectiva da contribuição (novos relatos sobre momentos já conhecidos, mostrando que elas fizeram parte ao lado dos pares masculinos). Recentemente, uma nova via tem vindo a evidenciar colocação de uma agenda própria com novos critérios e novos conceitos na aproximação à casa e à cidade. Neste eixo que também é de contribuição, Muxi lembra-nos que

[n]ecesitamos cambiar el punto de vista desde el que observamos y nos observamos, crear nuevos sistemas de valoración, para ser capaces de ver y valorar a las mujeres en todos los ámbitos, entre ellos el urbanismo y la arquitectura. (...) hacer evidente las necesidades diferenciadas entre hombres y mujeres en el uso de la ciudad y de los edificios. (...) Distintas experiencias tanto desde los roles de género como desde los cuerpos sexuados diferentes. (Muxi Martínez 2018, 23)

A re-examinação de documentos de arquivo sobre o SAAL a partir de um olhar feminista da história e da arquitetura demonstra que elas estiveram lá e que foram muitas: as coordenadoras centrais e as coordenadoras de zona, as técnicas das equipas de apoio local (arquitetas, estudantes, assistentes sociais) e as moradoras. Nomeá-las, localizá-las no tempo e no espaço, e relacioná-las com o processo SAAL, contribui para a criação de referentes femininos ligados à luta pela habitação; fixar e ouvir os seus relatos permite a articulação de novos valores para a disciplina arquitetónica. Uma representatividade mais plural dentro da profissão e da sua história é, com efeito, operante na construção da ideia de *cidadã-de-pleno-direito*.

### 3. UMA CONSIDERAÇÃO FINAL: MORADORAS E TÉCNICAS LUTARAM POR UMA HABITAÇÃO DIGNA DURANTE A REVOLUÇÃO EM PORTUGAL

De 1976 para 2014: os 40 anos da origem do SAAL propiciaram momentos de intenso debate e de realização de eventos a nível nacional e internacional e o processo SAAL foi objeto de musealização na Fundação de Serralves. A instituição portuguesa organizou uma exposição, visitas aos bairros e conversas com intervenientes, arquitetos e moradores<sup>18</sup>. A sessão sobre a operação das Antas juntou, no dia 13 de dezembro de 2014, os arquitetos Pedro Ramalho e Pedro Borges de Araújo, em representação da brigada técnica<sup>19</sup>, e António Manuel pela Associação de Moradores das Antas, numa mesa-redonda moderada por Margarida Coelho. O mote para a conversa foi precisamente a projeção e visualização de uma parte do episódio *Direito à Habitação*, relativa à intervenção de Maria da Paz e de Margarida Coelho. Ao mesmo tempo que se teceram sinceros agradecimentos ao trabalho da equipa técnica (a arquiteta Lídia Costa, estudante à época, estava na plateia) e à arquiteta Margarida, apenas se nomearam os nomes de moradores-homens ao longo da sessão.

Maria da Paz, na plateia, abraçava emocionada outras moradoras. Como apenas se construiu a primeira fase de casas, nunca chegou a viver no novo bairro das Antas e hoje reside no concelho da Maia. No seu jeito português decidido, lembrou as manifestações e as duras condições das ilhas:

Quem me dera ter outra vez aquela idade que eu ia outra vez lá para baixo [à manifestação que chegou das Antas à Câmara Municipal do Porto]. Ouvia os ratos a andar por cima do travamento [do telhado da casa], assim como se andasse a jogar basquetebol. Ai ia, enquanto for viva, cá estou eu. E tenho muito orgulho em ter sido “moderadora” de uma das ruas das ilhas das Antas! (Fundação de Serralves 2015)

António Manuel, também morador das Antas, recordou o período revolucionário e a vivacidade das Antas, referindo que as reuniões demoravam frequentemente até às 4 horas da noite e que «às vezes até me esquecia que era casado» (Fundação de Serralves 2014). Gerou, claro, risos fáceis na sala. Outra moradora, que se apresentou como esposa de um dos presidentes da Associação de Moradores das Antas, falou ao microfone para contar brevemente as condições prévias da sua pequena “casa” e a emoção do momento de receber as chaves, frisando a importância da casa e do lugar:

Lembro-me perfeitamente, nessa altura vivia numa casa muito pequenina. A minha cama cabia [apenas] no quadrado do quarto e depois abria um sofá onde dormiam as minhas filhas que estava encostado à parede e com os pés encostados à minha cama. Quando recebi a chave da minha casa onde hoje vivo, eu achei que estava a receber a bola

**18** As mesas redondas nos bairros das Antas, Bouça, Leal e S. Vitor, contaram com a presença de 6 homens e nenhuma mulher como oradores, e, relativamente à moderação, com 1 mulher (a arquiteta Margarida Coelho) e 3 pares masculinos (igualmente arquitetos). A importância da participação das moradoras no SAAL foi, no entanto, um dos temas das conversas.

**19** A brigada técnica da operação das Antas era composta por: arquiteto-coordenador Pedro Ramalho e as e os estudantes de arquitetura Teresa Fonseca, Lídia Vale Costa, Augusto Costa, Francisco Lima, José Lencastre, Miguel Vieira, Pedro Borges de Araújo, Vítor Bastos, e Aires Pereira. O SAAL no Porto tinha uma particularidade: devido às orientações pedagógicas da ESBAP antes do 25 de Abril de 1974, as e os estudantes já conheciam inúmeras ilhas da cidade. Foram elas e eles que encetaram o primeiro contacto com as populações, que sugeriram um arquiteto-coordenador e que assumiram algumas funções de intervenção social (em outros pontos do país eram executados pelas assistentes sociais), nomeadamente a realização do inquérito sociológico e habitacional e a dinamização de atividades culturais.



do Cristiano Ronaldo. De ouro! Que tinha muito mais valor. Aquilo para mim foi um céu aberto. Gosto muito da minha casa, gosto muito do sítio, das casas. Gosto muito de tudo. As chaves foram entregues no dia 1 de abril e eu até achei que era engano, que não podia ser verdade. (Fundação de Serralves 2015)

Relatou também um episódio familiar que articula a camada da vivência emocional e relacional com esta porção do território que serve de base tanto aos momentos quotidianos e corriqueiros como aos episódios importantes da vida:

A minha filha mais velha tem 45 anos, mas casou com 19 e já casou aqui na minha casa. O registo civil veio mesmo aqui a casa. O almoço foi feito no pavilhão do morador das Antas. Eu consegui gente amiga e que fizeram lá o almoço. Uma prima do meu marido veio para lá trabalhar até às tantas. O casamento acabou, o doutor do registo acabou de casar, vamos de carro, não vamos de carro. Veio toda a gente a pé da minha casa, todos os convidados a pé pela rua Dr. Alberto Aguiar a baixo, rua das Antas, atravessámos aqui para irmos servir. Ela tirou fotografias aqui na Praça das Flores – que não era isto, como está [hoje] já não presta – e fomos para ali fazer o almoço, estivemos até às tantas, éramos 200 e tal pessoas. Foi emocionante. Toda a gente veio à porta bater palmas às filhas. Toda a gente bate palmas quando há uma novidade, quando há qualquer coisa fora do normal, as Antas é assim: bate palmas a tudo e mais alguma coisa, que é gente muito alegre, muito bem-disposta. (Fundação de Serralves 2015)

A arquiteta Margarida Coelho entrou neste diálogo para sublinhar que

[i]sso é uma comunidade. É o que se passa numa comunidade de vizinhos. As pessoas estão unidas quando há alegrias, estão unidas quando há tragédias. (Fundação de Serralves 2015)

Usando do seu lugar privilegiado de moderação, foi tecendo inúmeras reflexões críticas importantes ao longo da sessão, introduzindo as condições que antecederam o SAAL e as causas do seu próprio envolvimento desde a origem do processo:

As condições eram muito más para muitas pessoas, para a quase totalidade. Às vezes já nem nos lembramos de tão más que eram. (...) [Havia uma] urgência para resolver o problema.

(...)

Eu fiz o curso de arquitetura nas Belas Artes e no outro lado da rua havia o Serviço Social. Eu aprendi muito com algumas assistentes sociais que trabalhavam nessa altura, muito antes do 25 de abril, em vários sítios. Aprendi mais do que aprendi de arquitetura: aprendi a conhecer as pessoas, aprendi os problemas. Portanto, quando o arquiteto Nuno Portas surgiu com esta possibilidade, eu já estava no Fundo de Fomento da Habitação há um ano e pouco e achei que era realmente e genuinamente... eu acreditei que era a forma de resolver o problema de habitação no Porto. Que, no fundo, tinha 3 questões: tinha as ilhas, muitas, que vinham desde o século XIX do início das fábricas, tinha os bairros camarários que tinham um regulamento feroz em que as pessoas não tinham vida

privada (e tinham ido das ilhas para os bairros camarários), e depois havia uma coisa que continua a haver muito que são casas subalugadas e pessoas a viverem amontoadas em casas antigas. Eu acreditei, não porque tenha aprendido no curso, mas por experiências cruzadas com outras pessoas, que este problema se ia resolver no Porto. As pessoas têm muita energia e muita determinação e isso não pode acabar. É uma característica que leva a qualquer sítio melhor. (Fundação de Serralves 2015)

E continuou, elaborando sobre os desafios e as dificuldades no uso de linguagens diferentes entre equipas técnicas e as populações, e sobre as necessidades e as vontades de ir além da construção e da distribuição das casas, extrapolando o programa para escala do bairro e da cidade:

As brigadas começavam por, depois de uma sessão de esclarecimento, depois a comissão de moradores dizer que queria que o serviço viesse resolver o problema da habitação, entrava uma brigada a título provisório para fazer a primeira proposta. Houve sítios onde a brigada teve problemas, onde houve substituições, as comissões tiveram várias versões porque as pessoas não se entendiam bem. No fundo, estava aí um problema de linguagens diferentes: os arquitetos têm uma forma de se exprimir, como os historiadores, os advogados, inerente à formação que tiveram. Os moradores também têm a sua forma de se exprimir. E, às vezes, era difícil conciliar as linguagens. (...) O problema de diálogo entre técnicos e moradores é um problema que, no fundo, é saudável. É encontrar formas diferentes de abordar uma questão e de exprimir os seus desejos. Porque o arquiteto também tem de ter uma posição clara. E há um confronto saudável. Isso tem de continuar. Cada pessoa, na sua posição na vida, tem de ceder – não é ceder para vir para trás, é ceder para compreender o que o outro está a dizer. E ao contrário: um técnico não é mais do que uma pessoa que tenha outro tipo de formação. Esse diálogo entre moradores e brigadas foi, quanto a mim, uma das coisas realmente importantes nesse processo.

(...)

Desde o início tiveram a ideia [a operação das Antas] de quais os equipamentos que eram necessários. Não era só a habitação, era o prolongamento da habitação. Porque havia crianças, nessa altura.

(...)

O facto de as associações de moradores irem à câmara [municipal] pressionar para resolver problemas foi também uma noção do que era a cidade. E, portanto, a juntar ao direito ao sítio, ao direito à habitação, é o direito a gerir a cidade. O aspeto da gestão, um território maior e dialogarem com outras associações e, em conjunto, avaliarem os problemas e a forma de solucionar foi também uma aprendizagem muito grande. Um alargar de horizontes que normalmente não seria. (Fundação de Serralves 2015)

Em jeito de conclusão e de reflexão sobre o desfecho do processo SAAL, Margarida Coelho retomou ao conteúdo do episódio *Direito à Habitação*, sublinhando que ela, da mesma forma que as e os moradores, também aqui “aprendeu a falar”:

Para lá das casas que se fizeram e das que não se fizeram – não foi por culpa dos moradores mas de um processo político que teve uma evolução que não era aquela que

ingenuamente alguns (como eu) não pensavam que vinha ter (por isso eu digo naquele filme que se eliminarem estes impedimentos, tudo se vai construir, eu estava a falar sentidamente e achar que era assim). Hoje sei que não podia ser assim. Mas há uma coisa que temos de ressaltar: toda a gente, eu inclusive, aprendemos muito politicamente com todo este processo. Quando eu oiço nas associações “eu aprendi a falar”, eu também aprendi a falar. Agora já esqueci. Foi um processo pedagógico. Abriu, numa altura que não havia infantários, ginnodesportivos, em que não havia apoios nenhuns à saúde, as associações de moradores é que lançaram esses aspetos que agora nos parecem normais. Tão normais que os vamos ver partir. (Fundação de Serralves 2015)

E rematou:

O importante no que se está a passar aqui, para lá das emoções, é sobretudo passagem de testemunho: é uma geração que diz à outra que diz à outra como é que as coisas foram um dia e o que é que podiam ter sido se... e isso é muito importante. É uma aprendizagem que não podemos deixar cair. (Fundação de Serralves 2015)

Sublinho, neste depoimento, a palavra *aprendizagem*. Na verdade, reforço as inúmeras aprendizagens: por um lado, a demanda pela preservação da memória do SAAL sem revivalismos ou nostalgia, mas com um sentido crítico e contextual; por outro lado, a pertinência em poder servir de base para pensar as políticas públicas relacionadas com a habitação, com a cidade e com a igualdade de género (interligadas profundamente com a crise climática). Afinal, hoje, as desigualdades e opressões de género persistem e a crise da habitação está na ordem do dia em Portugal.

A pobreza, a responsabilização social pelos trabalhos de cuidados, a carência habitacional ou a ausência de condições dignas, e a sub-representação na esfera pública, são alguns dos constrangimentos, mesmo impedimentos, à concretização da cidadania das mulheres. Se a casa é a infraestrutura onde a vida quotidiana acontece, defendo que a base para projetos de emancipação e de construção da *cidadania plena das mulheres* tem de passar obrigatoriamente pelo acesso a uma habitação permanente, segura e adequada. Esta tem de ser lugar de descanso, de tempo próprio, de expressão individual, de nutrição e aprendizagem, e não uma segunda ou terceira jornada de trabalho. A casa precisa de ser pensada sem hierarquias de usos e de sujeitos e integrada num contexto urbano seguro, diversificado e adequadamente localizado. Socorro-me, por fim, das palavras de Adriana Bebiano e Maria Irene Ramalho para reforçar que “[h]abitar autonomamente a cidade, ser, de pleno direito, parte da cidade e a ela juntar uma voz própria – é isso a cidadania plena” (Bebiano e Ramalho 2010, 9). *Nome Mulher* é, neste sentido, um documento importante: um programa televisivo sobre mulheres que deu oportunidade de representação, a elas e à temática do direito à habitação, em 1976. Contribuí, de maneira significativa, para a memória coletiva e para pensarmos a “cidadania plena” das mulheres e o direito à habitação, o direito ao lugar e o direito à cidade, na década de 1970 em Portugal. Faltou, em muitos casos, a materialização do sonho de ter uma casa; este foi apenas concretizado em parte. Colocaram-se, no entanto, novos valores, saberes e experiências de mulheres sobre a casa e a cidade, as esferas do público, do privado e do comunitário, e suas relações e sobreposições.

## FINANCIACIÓN Y AGRADECIMIENTOS

Este artigo conta com o apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (Governo de Portugal) através da bolsa de doutoramento com a referência 2020.08730.BD.

Agradeço ainda as contribuições para este trabalho da Professora Adriana Bebiano e das colegas e companheiras da disciplina “Epistemologias e teorias feministas” do Doutoramento em Estudos Feministas da FLUC/CES-Universidade de Coimbra, ano letivo 2021/2022: Adriana Negreiros, Ângela Ximenes, Bruna Zeni, Cláudia Canarim, Daniel Morais, Isabelli Santiago, Mafalda Araújo, Marina Faria, Patrícia Martins, Priscila Vieira e Renata Senelle.

## REFERÊNCIAS

- Bandeirinha, José António. 2011. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Reimpressão 2011. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi:10.14195/978-989-26-1265-2.
- Bebiano, Adriana, e Maria Irene Ramalho. 2010. «Estudos feministas e cidadania plena». *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, n.º 89: 5–10. doi:10.4000/rccs.3659.
- Colling, Ana Maria, e Losandro Antonio Tedeschi, eds. 2019. *Dicionário Crítico de Género*. 2ª. Feminismos Plurais. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados UFGD. <https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/catalogo>.
- Conselho Nacional do SAAL. 1976. *Livro Branco do SAAL 1974-1976*. Vila Nova de Gaia: Conselho Nacional do SAAL.
- Costa, Ana Alves, Ana Catarina Costa, e Sergio Fernandez, eds. 2019. *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia - S. Victor*. Vol. 2. Lisboa: Tinta-da-china.
- Costa, Ana Alves, e Sergio Fernandez, eds. 2020. *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia - Antas, Pedro Ramalho*. Vol. 3. Lisboa: Tinta-da-china.
- Costa, Ana Catarina. 2022. «O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto». Tese de Doutoramento em Arquitectura, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Costa, Miguel Reimão, e Ana Alves Costa, eds. 2022. *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL. Algarve*. Vol. 4. Lisboa: Tinta-da-china.
- Helene, Diana. 2019. «Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia». *Cadernos Metrópole* 21 (46): 951–74. doi: 10.1590/2236-9996.2019-4612.
- Hooks, bell. 1990. «Homeplace (a site of resistance)». Em *Yearning: Race, gender, and cultural politics*, 1ª, 382–90. Boston, MA: South End Press.
- Lerner, Gerda. 1975. «Placing Women in History: Definitions and Challenges». *Feminist Studies* 3 (1/2). Feminist Studies, Inc.: 5–14. doi: 10.2307/3518951.
- Muxí Martínez, Zaida. 2009. «Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos». Em *El derecho humano a la vivienda. Perspectiva nacional e internacional sobre la vivienda adecuada*, 39–48. s/l: Plataforma Interamericana de derechos Humanos, Democracia y Desarrollo. <http://hdl.handle.net/2117/6726>.
- Muxí Martínez, Zaida. 2018. *Mujeres, casas y ciudades: Más allá del umbral*. Barcelona: Dpr Editorial. <https://www.laie.es/es/libro/mujeres-casas-y-ciudades/9788494752360/872367>.

- Pateman, Carol. 2010. «Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos». Editado por Adriana Bebiano e Maria Irene Ramalho. Traduzido por Teresa Tavares. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, n.º 89: 29–40. doi: 10.4000/rccs.3666.
- Pérez Sanz, Paula. 2013. «Reformulando la noción de “Derecho a la Ciudad” desde una perspectiva feminista». *Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales*, Mujeres, géneros, feminismos, 5: 92–105. <https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/78893>.
- Pinto, Teresa, e Teresa Alvarez. 2014. «Introdução: História, História das mulheres, História de género. Produção e transmissão do conhecimento Histórico». *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 30: 9–21. doi: 10.22355/exaequo.2014.30.01.
- Sagot, Monserrat. 1992. «Women, political activism and housing: The case of women’s struggle for housing in Costa Rica | AU Digital Research Archive». Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in Sociology, Washington, D.C.: Faculty of the College of Arts and Sciences of the American University. <http://hdl.handle.net/1961/thesesdissertations:2669>.
- Sales, Alessandra do Amaral, e Iraíldes Caldas Torres. 2017. «A Atuação das Mulheres na Luta por Moradia: Um olhar sobre o Movimento Orquídea em Manaus». Em *Transformações, Conexões, Deslocamentos*. Florianópolis. [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499479185\\_ARQUIVO\\_ArtigoMovimentoOrquideas.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499479185_ARQUIVO_ArtigoMovimentoOrquideas.pdf).
- Santos, Ricardo, ed. 2016. *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL*. Oeiras. Vol. 1. Lisboa: Tinta-da-china.
- Scott, Joan Wallach. 1996. «Gender: A Useful Category of Historical Analysis». Em *Feminism & History*, editado por Joan Wallach Scott, 91:152–80. Oxford Readings in Feminism. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Tavares, Maria Manuela Paiva Fernandes. 2008. «Feminismos em Portugal (1947-2007)». Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres - Especialidade em História das Mulheres e do Género, Universidade Aberta.

## DOCUMENTO AUDIOVISUAIS E DE ARQUIVO

- FFH. 1976. «SAAL. Ante-plano de reestruturação». Espólio de F. Bagulho, Documentos Processo SAAL. Documentação Diversa. Centro de Documentação 25 de Abril.
- Fundação de Serralves, dir. 2015. *Ambulatório: Conversas abertas nos bairros do SAAL-Norte”: Pedro Ramalho conversa com a Associação de Moradores das Antas*. Vídeo mp4. 3/4 vols. Programa da exposição «O Processo SAAL: Arquitetura e Participação, 1974-1976» da Fundação de Serralves - Museu de Arte Contemporânea. Porto.
- SAAL/I. 1976. «O SAAL. Descrição do Processo». Espólio de Margarida D. Vieira. Doc de Arquivo SAAL I / 55 docs (1976). Centro de Documentação 25 de Abril.
- Sousa, Antónia de, e Maria Antónia Palla (1976), “Direito à habitação” (parte I e II). Vídeo e áudio. *Nome Mulher*. Lisboa: RTP 1. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/744>

## BREVE CV

**Lia Antunes** (1988, Covilhã, Portugal). Arquitecta e investigadora. Graduada pelo Darq-Universidade de Coimbra em 2012, é nesta escola que desenvolve o doutoramento sobre “As Mulheres no Processo SAAL (1974-1976) em Portugal: Arquitectas e moradoras pelo direito à habitação”, financiada pela FCT. Investigadora colaboradora do CIEG-ISCSP/Universidade de Lisboa, integrou o projecto de investigação “W@ARCH.PT Arquitectas em Portugal” (2018-2023). A partir dos feminismos interseccionais, trabalha as questões da habitação e da cidade e a construção da história e da memória das mulheres na arquitectura. Co-fundadora da associação Mulheres na Arquitectura (MA, 2017).